

ESPAÇO COMO MUNDO DA VIDA E A TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO

**SPACE AS WORLD OF LIFE AND THE THEORY OF
COMMUNICATIVE ACTION**

**ESPACIO COMO MUNDO DE LA VIDA Y LA TEORÍA DEL
ACTUAR COMUNICATIVO**

RESUMO:

Apesar de sua origem na filosofia, o conceito *mundo da vida* apresenta forte sentido geográfico. O espaço, objeto de estudo da Geografia, não pode ser entendido sem a menção ao mundo e a vida humana. A análise da literatura indicou um uso pelos geógrafos do conceito mundo da vida apoiado nos estudos de Edmund Husserl, Alfred Schutz, Peter Berger e Thomas Luckmann (Mello, 2005; Marinho, 2010; Buttimer, 2015; Suess; Leite, 2017). Assim, chama-se a atenção para uma perspectiva aberta na nossa ciência, diria até negligenciada, qual seja, uma leitura geográfica à luz da teoria do agir comunicativo de Jurgen Habermas. Trata-se de apontamentos teórico-metodológicos resultantes de discussões, estudos e pesquisas empíricas. Logo, o espaço é concebido como mundo da vida, constituído pelo mundo objetivo, mundo intersubjetivo e mundo subjetivo, associados, respectivamente, aos modelos culturais, às normas sociais e às estruturas de personalidade.

Palavras-chave: mundo da vida, teoria da ação comunicativa, geografia humanista.

ABSTRACT:

Despite its origin in philosophy, the concept *world of life* presents strong geographical sense. Space, object of study of Geography, cannot be understood without mentioning to the world and human and social life. The analysis of the literature indicated a use by the geographers of the concept of the world of life supported by the studies of Edmund Husserl, Alfred Schutz, Peter Berger and Thomas Luckmann (Mello, 2005; Marinho, 2010; Buttimer, 2015; Suess; Leite, 2017). Thus, attention is drawn to an open perspective in our science, I would even say neglected, that is, a geographical reading in the light of Jurgen Habermas's theory of communicative action. With this, theoretical-methodological notes resulting from discussions, studies and empirical research. Therefore, space is conceived as the world of life, constituted by the objective world, the intersubjective world and the subjective world, associated, respectively, with cultural models, social norms and personality structures.

Keywords: world of life, theory of communicative action, humanist geography.

RESUMEN:

A pesar de su origen en la filosofía, el concepto mundo de la vida presenta un fuerte sentido geográfico. El espacio, objeto de estudio de la Geografía, no puede ser entendido sin la mención al mundo y la vida humana y social. El análisis de la literatura indicó un uso por los geógrafos del concepto mundo de la vida apoyado en los estudios de Edmund Husserl, Alfred Schutz, Peter Berger y Thomas Luckmann (Mello, 2005; Marinho, 2010; Buttimer, 2015; Suess, Leite, 2017). Así, se llama la atención hacia una perspectiva abierta en nuestra ciencia, diría hasta descuidada, es decir, una lectura geográfica a la luz de la teoría del actuar comunicativo de Jurgen Habermas. Se trata, con esto, de apuntes teórico-metodológicos resultantes de discusiones, estudios e investigaciones empíricas. Por lo tanto, el espacio es concebido como un mundo de la vida, constituido por el mundo objetivo, el mundo intersubjetivo y el mundo subjetivo, asociados, respectivamente, a los modelos culturales, a las normas sociales y a las estructuras de personalidad.

Palabras clave: mundo de la vida, teoría de la acción comunicativa, geografía humanista.

Espaço: mundo e vida

A Geografia e os geógrafos tem se valido de diferentes abordagens teóricas, metodológicas e conceituais, sobretudo no presente. Neste ambiente científico e intelectual possibilita-se à complexidade da vida cotidiana ser explicada e compreendida por múltiplas perspectivas, fortalecendo-se, assim, o seu entendimento do modo mais completo.

Neste particular, chama-se a atenção para uma perspectiva ainda aberta no Brasil, diria até negligenciada, qual seja, uma abordagem geográfica à luz da teoria do agir comunicativo do filósofo Jurgen Habermas como possibilidade de promoção de uma abordagem totalizante e holista do espaço, pois o mundo vivido tem por características a *imediatez*, a força *totalizadora* e o *holismo* (Habermas, 2002a, 2002b).

Em outras palavras, uma ciência não fragmentada, mas unitária, com um objeto claro, mas, ao mesmo tempo, aberta para a busca de entendimentos, para a obtenção de acordo acerca da validade da integralidade e da totalidade do saber geográfico. O conceito de mundo da vida e a sua discussão poderá nos dá indícios desse caminho complexo e difícil de obter, o entendimento. Neste contexto, levanta-se a questão de como explicar e compreender o espaço como mundo da vida e o mundo da vida como espaço?

Mundo da vida (*Lebenswelt*), um conceito filosófico moderno desenvolvido por Edmund Husserl, de forma mais detida em *Crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*, no contexto da crise da cultura ocidental na primeira metade do século XX (GUIMARÃES, 2012). Assim, a influência de seu pensamento é sentida na Geografia Cultural e Humanista no emprego do conceito de mundo da vida e através de seus continuadores como Alfred Schutz, Thomas Luckman, Peter Berger e Thomas Luckmann (ver Mello, 2005; Rocha, Almeida, 2005; Duarte, 2006; Marinho, 2010; Pereira, Correia, Oliveira, 2010; Geraldés, 2011; Silva, Silva, 2014; Suess, 2014; Buttimer, 2015; Ferreira, 2016; Suess, Leite, 2017). Deste modo e reconhecendo a validade dos estudos mencionados, destaco suas contribuições ao promover o debate e o fortalecimento da abordagem do espaço pela perspectiva fenomenológica ou do significado.

Neste ambiente intelectual da ciência geográfica, seguimos outro rumo durante a nossa formação profissional no mestrado (Carneiro, 2006) e no doutorado (Carneiro, 2007, 2009, 2010, 2011a, 2011b), e ainda hoje no exercício docente na graduação e na pós-graduação (Carneiro, 2014, 2015). Nestes estudos preferiu-se trabalhar com a teoria do filósofo Jurgen Habermas para a explicação e a compreensão da dimensão espacial da sociedade a partir da sua compreensão do mundo da vida compartilhado intersubjetivamente enquanto conceito complementar ao de ação comunicativa¹.

Embora compartilhando do pensamento husserliano do dualismo da sociedade moderna reduzida à razão ao emprego da técnica e ao controle sobre a natureza e a sociedade, bem como das vantagens do programa fenomenológico, Husserl “permanece dentro das estreitas margens da filosofia da consciência” na leitura habermasiana (Pizzi, 2006, p. 167). Nas palavras de Habermas (2002a, 2002b) se pondo contra as idealizações do medir, da causalidade e da matematização das ciências naturais, Husserl não é capaz de reconhecer que o próprio mundo da vida repousa sobre pressupostos idealizadores impostos pelo resgate de pretensões de validade criticáveis contidas nos atos de fala e a argumentação nas práticas comunicativas cotidianas.

Para a compreensão do mundo da vida na perspectiva de Jurgen Habermas, destaco as obras: *Consciência moral e agir comunicativo* (2003a), *Pensamento pós-metafísico* (2002a), *Técnica e ciências como “ideologia”* (2009), *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista* (2003b, v. II; 2012b, v. 2), *Crise de legitimação no capitalismo tardio* (2002c), *Textos e contextos* (2001), *Racionalidade e comunicação* (2002d). Nestes textos, o conceito de mundo da vida é inserido no paradigma linguístico ou intersubjetivo como conceito complementar do agir comunicativo.

A partir disso, embora sua origem esteja na filosofia, as palavras formadoras deste conceito – *mundo e vida* – contém forte conotação geográfica, pois o objeto de estudo da Geografia, o espaço humanizado ou produzido pela humanidade, não pode ser explicado nem compreendido sem estes dois termos da sua existência.

Deste modo, uma concepção do mundo da vida como espaço, é destacada em uma das passagens mais ilustrativas presentes em toda a obra do filósofo Jurgen Habermas:

A teoria do agir comunicativo concebe o *mundo da vida como um espaço* ou mundo em que é possível constatar processos de reificação que constituem fenômenos oriundos de uma integração repressiva provocada por uma economia apoiada em oligopólios e por um aparelho estatal autoritário (2012b, v. 2, p. 705, grifos do autor).

Assim, espaço e mundo da vida aparecem como equivalentes também na concepção de Pizzi (2006). Por outro lado, os subsistemas autônomos do mercado e da política impõem ao cotidiano compartilhado intersubjetivamente das pessoas, dos grupos, das nações e dos países, seus processos específicos de reificação pela via da “integração repressiva”.

Neste sentido, pensar a natureza do espaço numa perspectiva comunicativa produzido por sistemas de ações intencionalmente diferenciados na busca do consenso ou na busca do êxito significa privilegiar uma abordagem centrada na descolonização do mundo vivido sobre o mundo do sistema (Carneiro, 2009). Nesta forma de pensar, em uma afirmação acertada sobre a inseparabilidade entre *Cultura, Política, Economia e Espaço* nos estudos de Geografia e das ciências em geral a separação entre estes temas não deve ser positivista, mas tão somente uma ênfase dada a um ou a outro subcampo (Claval, 2011b; Corrêa, 2014).

Busca-se, desse modo, contribuir para a construção de uma abordagem espacial dos problemas humanos e sociais à luz da teoria do agir comunicativo do filósofo Jurgen Habermas, tomando-se, como referência a sua concepção particular de mundo da vida relacionado aos três mundos e aos três tipos de pretensões de validade. Neste particular Habermas (2012a, v.1) discerne entre “mundo exterior” – mundo objetivo e mundo social – e “mundo interior”, pois os sujeitos capazes de fala e ação ao se comunicarem se embasam num sistema de referência de mundos que supõem compartilhar.

Para tanto, partindo da compreensão do mundo em sentido amplo, descrevo a constituição dos três mundos: o mundo objetivo, o mundo social/ intersubjetivo e o mundo subjetivo em retrospectiva com uma abordagem espacial (1) para em seguida definir o mundo da vida e estabelecer aproximações geográficas (2) necessárias à classificação e diferenciação das estruturas componentes do mundo da vida (3), revelando, por fim, as dimensões espaciais no âmbito da cultura (4), da sociedade (5) e da personalidade (6).

Os três mundos e a totalidade espacial

Em retrospectiva, a inseparabilidade do mundo da vida ou sua unidade, pode ser vista, sob o ponto de vista da constituição temporal dos mundos objetivo, social e subjetivo. Todavia, ressalto que “é sempre perigoso reduzir a história a um esquema” (Santos, 1998, p 15) embora seja necessária para destacar o início de determinados processos e de sua evolução.

Deste modo, parte-se da existência da Terra como anterior à humanidade, no entanto, neste caso não lhes atribuímos um sentido de mundo, como algo social, mas de coisa, com algo natural. A naturalidade dela, por assim dizer, é dada pela existência da vida não humana e, no extremo, pela presença dos primeiros hominídeos anteriores ao desenvolvimento social e técnico os quais viviam de adaptações ao meio natural.

Neste período a vida era regulada pelo sistemismo do Cosmos, das forças invisíveis governantes da origem e da evolução dos astros, da gravidade, da relação Terra-atmosfera, do balanço hídrico e de radiação, do crescimento natural da vegetação e dos animais e da fertilização dos solos.

Com o surgimento das sociedades, e, portanto, das técnicas da vida social, os humanos vão gradativamente, e conforme a região do globo, se autonomizando dos determinismos dos processos naturais de manutenção da vida, logo, a Terra passa a ser percebida como *algo exterior ao homem*, por conseguinte, como *mundo objetivo*.

Esta manutenção se dava ainda pela adaptação, mas deste ponto em diante pela progressiva integração autônoma com o meio geográfico objetivo, já técnico, isto posto, produzido pelo sistema de relações horizontais dos atores sociais com os objetos naturais e os objetos fabricados. O mundo vivido assume sua primeira constituição e diferenciação, a *objetividade do mundo vivido* ou o *mundo vivido objetivo* composto pela totalidade das entidades possíveis de enunciados verdadeiros (Habermas, 2012b, v. 2).

Com a modernidade tardia, a relação vertical entre a sociedade e o mundo natural objetivo se altera radicalmente, pois os seres humanos e as sociedades, mediadas pelas técnicas da máquina não mais se submetem aos determinantes da natureza como o frio, o calor, a floresta, o relevo, dentre outros.

Por isso, apesar da sua força condicionadora sobre os mundos vividos, as sociedades vão cada vez mais rápida e diferenciadamente se autonomizando em relação ao mundo natural objetivo, conforme o desenvolvimento dos meios de produção a serviço do agir técnico-instrumental. Neste contexto, esta forma de agir orientada para a realização de fins no mundo objetivo tem à sua disposição um sistema técnico que aumentou exponencialmente o domínio humano e social sobre esta força da natureza.

A passagem, longamente produzida, da objetividade do mundo para o mundo visto do ponto de vista social e subjetivo traz consigo uma revolução significativa. O mundo vivido assume uma segunda constituição estrutural, a *intersubjetividade do mundo da vida* dada pela existência humana em grupo. A totalidade das relações entre pessoas reguladas de modo legítimo formam este mundo social (Habermas, 2012b, v. 2).

A *subjetividade do mundo da vida* entendida como a totalidade das vivências de acesso privilegiado do sujeito e manifestada de modo veraz perante outra pessoa ou um público (Habermas, 2012b, v. 2) ocorreu concomitantemente ao processo anterior. No com a virada cultural nas ciências sociais e na Geografia, particularmente pós 1990 (Claval, 2011b), a descoberta do Sujeito aparece como um dos temas centrais das humanidades e da disciplina.

Deste modo, as normas grupais de linguagem oral, informais, são substituídas por normas sociais cada vez mais formais enquanto linguagem escrita. Esta, gradativamente suplanta o papel da transmissão oral do saber cultural válido pela via da socialização humana em espaços institucionais da formação subjetiva do Ser, assumindo, assim, um papel central na construção da concepção de mundo.

Por outro lado, o mundo objetivo externo se interioriza pelos processos de socialização humana, através da qual o indivíduo em seu processo de formação se constrói como Sujeito, constrói sua subjetividade, emergindo assim, o mundo vivido subjetivo. O mundo vivido tem uma dupla condição, portanto, de ser ao mesmo tempo exterior e interior aos sujeitos e às sociedades.

A tradição geográfica atribuiu às relações sociedade e natureza o objeto próprio desta ciência, focalizando-se, assim, no mundo objetivo e no mundo social. Moreira (1994) destacou o surgimento da Geografia, no século XIX, com o propósito descritivo das relações entre a sociedade e a natureza. Por sua vez, Moraes (1995) defendeu a existência de três maneiras de tratamento destas relações: a influência da natureza sobre o desenvolvimento da humanidade, a ação do homem transformando a natureza e a relação equilibrada entre sociedade e natureza (ver Vesentini, 1997; Mendonça, 1998; Santos, 2002; Andrade, 2006; Cavalcanti, 2010; Claval, 2010, 2011a).

Logo, o entendimento do mundo da vida, em sua totalidade, como mundo natural e social (Schutz; Luckmann, 2009) ou físico e sociocultural (Schutz, 2012), pode ser compreendido como um espaço total da vida humana e social. Esta totalidade possibilita a discussão sobre o espaço como mundo da vida. Trata-se, entretanto, do resultado e a condição de uma vida em sociedade, baseada nos sistemas de objetos e nos em sistemas de ações diferenciadas em instrumentais, estratégicas e comunicativas (Carneiro, 2011a, 2011b) em evolução diferenciada com o tempo e nos espaços. Não se pode separar mundo e vida, pois esta ligação define a própria natureza do espaço.

Mundo da vida e espaço

O mundo da vida, sinônimo de espaço geográfico, se apresenta como um “lugar transcendental”. Nele os falantes e os ouvintes se encontram e podem concordar ou não com o mundo objetivo, com o mundo subjetivo e com o mundo social compartilhado. Logo, transcendental significa a condição de possibilidade de fundamentar as pretensões de validade de suas falas, resolver desentendimentos e obter consensos (Habermas, 2003b, v. II, tradução livre). Em sentido pragmático-formal são as condições presumidamente gerais que devem ser satisfeitas para as práticas humanas poderem obter êxitos (Aragão, 2002). Assim, esta transcendentalidade é basilar para os processos de socialização e construção de identidades, portanto, no interior dos grupos sociais que partilham um mesmo mundo vivido.

Por outro lado, o indivíduo ao nascer não pode escolher entre pertencer a este ou aquele grupo social, assim como não pode escolher entre um espaço mais ou menos humanizado pela ação humana. O mundo da vida, nas palavras de Husserl (2012),

Ele é o mundo espaço-temporal das coisas, tal como as experienciamos na nossa vida pré e extracientífica, e que sabemos como experienciáveis para além das já experienciadas. Temos um horizonte de mundo como horizonte da experiência possível das coisas. Coisas: são pedras, animais, plantas, também homens e configurações humana; mas tudo existe relativamente ao sujeito [...]. (p. 113, grifo nosso).

Logo, o mundo da vida é um pressuposto da vida humana e social. Entende-se esta pressuposição do mundo da vida o modo como as pessoas na “atitude de senso comum” o “experimenta de modo inquestionável ou aproblemático” (Schutz; Luckmann, 2009, p. 25, tradução livre). Por outro lado, deve-se entender este ser aproblemático de um “modo radical” no sentido de não poder tornar-se problemático ou questionável em absoluto, pois poderia “vir a baixo” os componentes do mundo da vida com os quais as pessoas estão familiarizadas (Habermas, 2003b, v. II, p. 186, tradução livre).

No entanto, cotidianamente um *fragmento do mundo da vida* é posto sobre crítica. Assim, uma *situação* de fala e ação é representada por um fragmento e é delimitada por um *tema* cuja origem se relaciona com os interesses e as finalidades da ação de uma ou mais pessoas (Habermas, 2003b, v. II, p.181, tradução nossa, grifos do autor). A essa situação chamaremos de *recorte espacial* ou *recorte espaço-temporal*, pois espaço e tempo são inseparáveis. Dados as ações recobrirem um tempo desde sua concepção, execução à realização elas também recortam um espaço de ação, seja em zona ou em rede.

No espaço-tempo delimitado pelo tema e pelos planos de ação, “o êxito da ação instrumental ou o consenso da ação comunicativa constituem os critérios do bom sucesso ou do mau sucesso nos esforços por dominar uma situação” (Habermas, 2003b, v. II, p. 181, tradução nossa). A cada situação espacial dominada pelos atores sociais a partir de suas ações corresponde maior grau de autonomia em relação ao mundo, em função dos processos de aprendizagem humana envolvidas nas ações realizadas sobre ele.

Se a ação teleológica se mede pelo êxito obtido entre escolhas racionais de meios eficazes para a realização de fins propostos, a ação comunicativa se mede pelo consenso obtido entre falante e ouvintes numa dada situação de ação. Neste particular o domínio da situação passa pelas ações e estas, por sua vez, requerem uma qualificação e distinção do ponto para a explicação e a compreensão do espaço como mundo da vida.

Toda situação de ação pode ser entendida, simultaneamente, como uma ação situada espacialmente, isto é, ela é formada tacitamente por um fragmento/recorte espacial no interior da qual os atores sociais se movem, produzindo e reproduzindo seu espaço material e simbolicamente na condição de mundo da sua vida.

A ação situada espacialmente possui um *horizonte* móvel, se contrai ou se amplia, com o tema, os fins e os planos de ação dos implicados em situações cotidianas, assim, fala-se do horizonte espacial da situação espacial cujas “relações estão dispostas concêntrica e se tornam cada vez mais anônimas e difusas com o aumento da distância espaço-temporal e da distância social” (Habermas, 2003b, v. II, tradução livre).

A realidade da vida cotidiana se organiza em torno do “aqui” e do “agora” do corpo do sujeito nela implicado. Sua experimentação se dá em graus variáveis, em função da “aproximação” e da “distância” espacial. Há zonas ao alcance do sujeito, dominada por motivos pragmáticos e zonas não disponíveis ao alcance, com menos interesse e urgência (Berger; Luckmann, 2012).

Por consequência, uma situação de ação, ou, como preferimos, uma ação situada espacialmente, se apresenta sempre como um espaço preenchido de “necessidades atuais de entendimento e possibilidades atuais de ação” (Habermas, 2012b, v. 2, p. 226) no mundo da vida tomando como um todo estruturado, remetendo-se ao entendimento conjunto das estruturas do mundo da vida.

As estruturas do mundo da vida

O mundo da vida é um acervo de padrões de interpretação social transmitidos culturalmente e organizados linguisticamente (Habermas, 2003b, v. II, p.176, tradução livre). Suas estruturas formativas são a cultura, a personalidade e a sociedade. Cabe definir cada uma e precisar o sentido possível de admissão de uma estrutura espacial para o mesmo, confirmando assim sua pertinência de utilização no interior do conhecimento geográfico.

Cultura é o acervo do saber do qual as pessoas se abastecem de interpretações para se entender sobre algo no mundo, a sociedade são as ordens legítimas reguladoras da pertença humana a grupos sociais e assegura a solidariedade, já a personalidade são as competências que capacitam as pessoas para a fala e a ação, para tomar parte nos processos de entendimento e afirmar suas identidades (Habermas, 2003b, v. II, p. 196, tradução livre).

De acordo com Habermas (2003b, v. II, p. 171, tradução livre) à cultura corresponde um mundo objetivo enquanto a totalidade das entidades sobre as quais se podem realizar enunciados verdadeiros, à sociedade um mundo intersubjetivo/social entendido como a totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas e à personalidade um mundo subjetivo ou a totalidade das próprias vivências de acesso privilegiado do falante possíveis de manifestação como veracidade/sinceridade.

Por meio das ações e do modo de emprego da linguagem pelos falantes, Habermas distingue as relações humanas com algo no mundo objetivo, com algo no mundo social e com algo no mundo subjetivo. Cabe assinalar, porém, as relações intersubjetivas vividas diariamente no espaço e em diferentes tempos, revelam um agir social inserido simultaneamente nestas diversas relações ator-mundo ainda que, segundo Habermas os participantes da comunicação destaquem tematicamente um desses três mundos.

Nessa perspectiva, analisa-se a cultura, a sociedade e a personalidade buscando inserir, na teoria do agir comunicativo, um viés espacial necessário à explicação e a compreensão da dimensão geográfica da sociedade. Percorro por aproximações entre saber válido cultural (4), correções normativas (5) e personalidade/identidade enquanto dimensões espaciais.

A estrutura cultural do mundo vivido: a dimensão do saber válido do espaço

O acervo do conhecimento social ou do saber válido culturalmente considera a situação e os limites do Sujeito. Partindo de um exemplo propriamente geográfico Berger e Luckmann (2012) recordam que um sujeito de um bairro pobre, sabe de sua situação de pobreza e, como tal, não pode esperar viver num bairro elegante. Neste caso, a cultura é algo partilhado tanto pelos pobres quanto pelos privilegiados, mas não por um estrangeiro utilizando-se de outros critérios de pobreza em sua sociedade.

Para Eagleton (2005, p. 10) “a raiz latina da palavra ‘cultura’ é *colere*, podendo significar qualquer coisa, desde cultivar e habitar a adotar e proteger”. Tem-se na origem uma ligação de cultura e espaço a julgar pelas palavras cultivar e habitar. Como assinalado anteriormen-

te, porém, cultura é um armazém do saber, um saber de fundo que serve de interpretação para as situações cotidianas, do qual os sujeitos socializados se valem no mundo da vida quando necessitam estabelecer relações.

Este saber de fundo válido é próprio da vida cotidiana, pois no dizer de Heller (2000) o pensamento cotidiano é empírico e ultra generalizador, sendo o comportamento formado quando assumimos estereótipos elaborados por outros ou que nos são impingidos pelo meio social e sem questionarmos a sua validade.

A validade do conhecimento se manifesta enquanto mundo objetivo por meio das relações intersubjetivas. Deste modo, a realidade da vida cotidiana constituída por objetivações somente é possível por causa do “poder duradouro” dos objetos, na expressão de Berger e Luckmann (2012, p. 53).

Sendo o espaço formado por um sistema de objetos não nos é possível negar a força condicionadora do mundo objetivo sobre nossas vidas, para a realização das ações e da vida em sua totalidade. A primeira natureza foi transformada em segunda natureza e esta, por sua vez, aparece agora como a natureza primeira, para mencionar Santos (2004), assim como negar nas sociedades complexas a força condicionadora dos objetos e, de modo lato, do espaço-mundo objetivo?

Mas, além disso, pela própria produção humana de sinais enquanto uma forma de objetivação humana, assim como afirmam Berger e Luckmann (2012) todas as objetivações são passíveis de significação, mesmo quando sua construção original não contém este propósito. Em todo caso prosseguem os autores, há grande imprecisão entre o uso como instrumento e o uso como sinal de certas objetivações e, diremos, de certos objetos.

Mas os sinais também se agrupam em sistemas (Berger; Luckmann, 2012) e como tal, deve-se apreendê-los no contexto espacial formado pelos sistemas dos objetos significados pelos sistemas de ações. Logo, tanto os objetos quanto as ações são suscetíveis de significação, desse modo o próprio espaço é um sistema de sinais e significados duráveis por sua memória coletiva na forma de paisagem.

A paisagem pode ser explicada e compreendida como um registro de época e ao mesmo tempo um documento cultural, logo as suas formas enquanto símbolos expressam tanto os projetos, como os interesses, as necessidades e as utopias, e são o resultado da dialética entre a matéria e a ideia, mas também o alimento das projeções humanas quanto à produção do espaço (Moraes, 1996).

Como os planos de ações do capital não são intersubjetivamente traçados, como não leva em consideração o componente público de suas intervenções, mas apenas fins particulares o resultado direto são espaços vazios de cidadania e ricos de antidemocracia, e a paisagem é o quadro comprobatório dessa condição social.

Logo, as ações não linguísticas e as ações linguísticas formam sistemas entre si e com o sistema dos objetos constitutivos da dimensão material do espaço (Carneiro, 2011b). Enquanto materialização das ações no mundo objetivo o espaço se corporifica em paisagem, isto é, numa forma de “expressão geográfica” nas palavras de Dardel (2011) e se referem à própria concepção de humanidade, de sua individualidade, mas também de coletividade. Neste particular, se remete a dimensão social e normativa do espaço.

A estrutura social do mundo vivido: a dimensão normativa do espaço

Por sociedade se entende, retomando a definição anterior, a totalidade das normas existentes elaboradas e reelaboradas para regularem as solidariedades, as interações e as pertenças aos grupos sociais. Mas há um nexos entre solidariedade, moral e direito, como diz Habermas (2014, p. 147), pois “Quanto mais injustas são as condições políticas, tanto mais os desfavorecidos têm razão em cobrar solidariedade da parte dos privilegiados”.

Porém, solidariedade no sentido moral e jurídico não é a mesma coisa que justiça. Habermas (2014) denomina de “justas” normas quando elas concernem ao interesse simétrico

das pessoas enquanto os mandamentos morais concernem àqueles seguidos por respeito à própria norma, a despeito do comportamento futuro dos outros.

As expectativas de solidariedade podem se transformar em pretensões jurídicas no Estado, os quais foram transformados em direitos civis, a exemplo das desigualdades sociais, do desemprego, dos jovens sem trabalho (Habermas, 2014) e das políticas públicas em sua dimensão linguística (Carneiro, 2010). Neste sentido, como salienta Heller (2000) a sociedade é um complexo determinado, apresentando classes, camadas, formas mentais e padrões determinadas.

O comportamento solidário pressupõe contextos de vida políticos e, desse modo, organizados juridicamente (Habermas, 2014), a exemplo de associações em geral, associações de moradores e de bairro em particular, cooperativas, organizações não governamentais, partidos políticos etc. Nas sociedades espacialmente distribuídas e relacionadas, o espaço humano é regulado a exemplo dos direitos de uso e de propriedade da terra. Assim, como salienta Claval (2010) deve-se acrescentar às ações relativas ao domínio do meio geográfico, as regras que possuem uma dimensão geográfica a exemplo dos direitos de usos ou de propriedade.

Além do mais, a sociedade é substancialmente humana, mas esta substância não pode ser o “indivíduo”, pois a este não pode conter a totalidade das relações sociais (Heller, 2000). Por ser social, esta substância implica normatização da vida cotidiana, mediada por interações sociais resultante de ações de ordem teleológica, incluindo as regidas por sucesso e as fundamentadas pelo acordo garantidor do consenso.

A perspectiva da primeira e da segunda pessoa, própria do caráter intersubjetivo do espaço põe em discussão o sentido de “direção” frente à perspectiva da terceira pessoa, do observador, própria do caráter objetivado do espaço. Aqui se diferencia desde logo o agir comunicativo sobre o agir estratégico. Senão, vejamos com Foucault (2011, p. 97) ao indagar sobre “O que é a direção dos indivíduos?”, respondendo que nela, as pessoas se submetem a decisões de ordem privadas ou capazes de escapar aos constrangimentos políticos e, neste domínio dirigir significa remeter-se a vontade do outro.

Destarte, a direção, o governo de si, só pode se dá pela imbricação das alteridades em processos políticos públicos, portanto, com a promoção do espaço público, um espaço comunicativo de construção de seus próprios caminhos. Apenas neste sentido o agir estratégico que dirige o outro na obtenção de seu êxito acional pode ser substituído pelo agir consensual do entendimento mútuo livre de influência.

Essas questões nos remetem às discussões introduzidas na Geografia por David Harvey (1980) em *A Justiça social e a cidade* e Milton Santos (2014) em *O espaço do cidadão* até as contribuições recentes sobre justiça, direito e cidadania². Em ambos os casos, entende-se a adoção de um paradigma intersubjetivo na política e, sobretudo, nas políticas espaciais como condição de pensar a dimensão espacial da justiça e da cidadania de modo apropriado.

Assim, fugiríamos ao princípio do dirigido, conforme Foucault (2011, p. 98): “eu quero que outro me diga aquilo que eu devo querer”. Esta decisão mediada pelas relações intersubjetivas requer, no entanto, um Eu competente capaz de dizer sim ou não nos processos decisórios da esfera pública. Neste particular, já adentramos na discussão da formação do mundo subjetivo e as relações sobre espaço e personalidade.

A estrutura pessoal do mundo vivido: a dimensão expressiva do espaço

O mundo subjetivo é aquele de acesso privilegiado da pessoa e apresenta uma profunda *dimensão expressiva* associada às questões de veracidade do Sujeito (Habermas, 2012b, v. 2)³. Compreende-se como um espaço de identidade produzida e produto de personalidades concebidas como as competências que tornam um ator capaz de fala e de ação.

Neste contexto, dentre as duas maneiras de dizer o verdadeiro, incluem-se a “aleurgia oracular e religiosa” e a “aleurgia judiciária”. Contrapondo-se àquela, esta última introduz o elemento da “primeira pessoa”, cujo *verdadeiro* seria uma enunciação e manifestação do Eu, uma identificação de quem fala e com a fonte mesma da verdade. Foucault (2011, p.

61-63) identifica sua constituição a partir de certos processos a exemplo da aparição da “testemunha” como aquele que “estava lá” e, portanto, tendo estado lá, pode dizer da verdade.

Sendo o espaço um sistema inseparável de objetos e interações sociais, admite-se, assim a construção da identidade do Eu não poder se desenvolver sem os contatos interpessoais, pois estes têm um papel importante para o estabelecimento de confiança pessoal nos indivíduos. A veracidade que os sujeitos levantam em seus enunciados e manifestações dependem, dessa forma, das experiências pessoais com as outras pessoas (Claval, 2010). Logo, não é possível dissociar este mundo subjetivo do mundo social/intersubjetivo. Em diferentes situações de ação se empregam os saberes vinculados a um destes mundos.

Posto isto, a identidade é gerada, inicialmente, pela *socialização* com a apropriação dos universos simbólicos pelo sujeito que se *integra* num certo sistema social para então prosseguir seu desenvolvimento pela *individualização* entendida enquanto uma crescente *independência do Eu* com relação ao sistema (Habermas, 1990). Assim como a formação do Eu obedece a estágios de desenvolvimento impossíveis de serem saltados, a interiorização das estruturas espaciais e a internalização das interações espaciais obedecem a essa lógica de desenvolvimento individual rumo a autonomização.

Para Habermas (1990, p. 22) “ninguém pode edificar sua própria identidade independente das identificações que os outros fazem dele”, assim há uma precedência da intersubjetividade do mundo exigente de uma mudança de atitude, da proposicional sobre coisas e eventos observáveis no mundo objetivo para a performativa cujos falantes e ouvintes se alternam entre a adoção da primeira e da segunda pessoa. Com a adoção destas duas atitudes, a pessoa, ao crescer percebe o espaço como objetivo para em seguida torná-lo subjetivo e simultaneamente se dá conta da natureza intersubjetiva do espaço como parâmetro primeiro de orientação de sua ação no mundo.

Estas dimensões do espaço exigem em cada caso, a apreensão de regras de ação. Para Habermas (2009) as regras apreendidas da ação racional teleológica dotam o indivíduo de habilidades enquanto as normas sociais internalizadas com as estruturas da personalidade. Deste modo, essas regras tornadas habilidades técnicas e de competência interativa⁴, agir técnico e agir comunicativo, e sedimentadas no sujeito o tornam capaz de ação e de fala para lidar e dominar problemas nos contextos espaciais e temporais mais diversos da vida cotidiana.

Este domínio ligado às ações e atos de fala, ao discurso sobre os lugares é revelador da “consciência do espaço”, da imagem construída a partir da relação do sujeito (mundo subjetivo) com as formas espaciais (mundo objetivo). Esta consciência mediada pelo mundo social se constitui numa ação pessoal em seu processo de “valorização subjetiva do espaço” (Moraes, 1996). David Harvey (1980, p. 14) nos fala de uma “consciência geográfica” resultado de uma “imaginação” que torna o indivíduo capaz de reconhecer o papel do espaço em sua própria constituição biográfica por meio dos relacionamentos com o seu entorno e do reconhecimento sobre as formas como este afeta as interações entre os indivíduos.

Logo, o mundo vivido é o mundo cuja pessoa participa enquanto totalidade. Como diz Heller (2000) as pessoas participam da vida cotidiana inteiramente, a partir da sua individualidade e personalidade. Não apenas produz materialmente como se reproduz simbolicamente no espaço e ao espaço, a partir de suas ações instrumentais e comunicativas, de sua razão e de sua emoção. Seus sentidos são no cotidiano empregado de modo a lhe permitir dominar as situações colocadas diante de si.

Neste sentido acima se fala aqui, também, de autonomia do Eu. À medida que cresce, o indivíduo se torna mais autônomo perante o mundo de sua vivência. Sua experiência enriquecida pela prática modifica este mundo, pois como assinala Sartre (1979) o conhecimento é prático, pois ele modifica aquilo que se conhece e é dado ao ser como inquestionável.

Deste modo, a pessoa se faz a si mesmo, autofabrica-se, pois na raiz de sua essência é um ser técnico (Ortega y Gasset, 1965). Todavia, “a consciência de mim mesmo deriva de um entrelaçamento das perspectivas”, diz Habermas (2009, p. 15). Num país de profundas desigualdades sócioespaciais, como o Brasil a mediação das classes, do status, da fragmentação

urbana, da segregação urbana aparece como a totalidade concreta que medeia à fabricação de si, a consciência de si.

Com Habermas (2009) isso confirma que apenas no reconhecimento recíproco se forma a autoconsciência fixada, também, na consciência do outro como um reflexo de mim mesmo. É assim, portanto, que o Outro, em nossa sociedade aparece, sobretudo hoje, como condição para a construção da identidade do Eu e do *Eu Espacial*, um sujeito inscrito no espaço, num determinado espaço enquanto reflexo do reconhecimento do outro Eu espacial.

Neste contexto, Berger e Luckmann (2012, p. 46) afirmam que na experiência face a face, a subjetividade é acessível entre os implicados na interação social e tornam-se expressivamente “próximas” enquanto todas as demais são “remotas”. Daí porque, mesmo sob as interações no ciberespaço apenas a “densidade comunicacional do espaço” (Santos, 2004) aparece como mediação necessária da constituição do espaço e este como condição necessária para a aproximação social. Este é um dado fundamental sobre um espaço que inclui e os outros que excluem, entre os espaços que aproximam e os que distanciam as pessoas.

Mas a interação face a face é altamente flexível, não sendo possível impor padrões rígidos. Ao mesmo tempo, entretanto, desde o início já se trata de uma relação de certo modo padronizada pelos “esquemas tipificadores” pelos quais o Ego e o Alter⁵ se apreendem reciprocamente e entram em “negociação” da situação, a exemplo da barganha entre o tipo “comprador” e o tipo “vendedor” (Berger; Luckmann, 2012, p. 49).

Estas tipificações são progressivamente anônimas à medida que se afastam da interação face a face, porque apenas outra natureza espacial que suplante a atual configuração privada do espaço e estabeleça uma natureza pública de base comunicativa é possível permitir o retorno e o fortalecimento da interação social cotidiana já que isto nada mais é que o distanciamento social do aqui e agora, do espaço, portanto.

Com este percurso discursivo em torno de uma abordagem habermasiana na geografia ou uma compreensão do espaço como mundo da vida à luz da teoria do agir comunicativo destaco a guisa de conclusão a assertiva que há um bom tempo Moraes (1996) fez quanto a uma leitura do marxismo na Geografia que acabou por banir a figura do Sujeito do processo real de valorização do espaço. Diria, para ser coerente com o pensamento adotado, que a ênfase é na problemática dos Sujeitos (mundo intersubjetivo) numa imbricada rede de interações sociais no mundo objetivo e com o mundo subjetivo.

Neste sentido, o espaço é resultante das ações, como também condição de suas realizações atuais e futuras. As ações são de dois tipos: orientadas para fins causais egocêntricos sobre o mundo objetivo – ação instrumental – ou sobre as pessoas – ação estratégica – ou orientadas para fins do entendimento – ação comunicativa. Deste modo, os espaços terão suas formas, funções e processos diametralmente opostos conforme uma seja hegemônica em relação à outra. Isto repõe a discussão do espaço como mundo da vida numa totalidade estrutura entre cultura, norma e identidade e nas atitudes básicas do ator com o mundo objetivo, com o mundo social e com o mundo subjetivo.

Considerações finais

A discussão aqui proposta intencionou estabelecer um diálogo intersubjetivo que possa promover entendimentos acerca da integralidade e totalidade do saber geográfico. Motivou-nos a consideração de que os geógrafos têm se valido de abordagens teóricas, metodológicas e conceituais variadas para inserir a questão de como explicar e compreender o espaço como mundo da vida, e o mundo da vida como espaço.

Apontamentos teóricos e metodológicos sobre a questão, estudos e pesquisas empíricas em diferentes contextos se acresce este ambiente científico e intelectual, diverso e plural como a complexidade da realidade e que pode ser explicada e compreendida com maior profundidade mediante processos de entendimento mútuo.

Destarte, como fio de ligação o mundo da vida. Lebenswelt, como demonstrado, conceito filosófico desenvolvido por Edmund Husserl, tem ampla aceitação no pensamento geográfico, sobretudo de base cultural e humanística, inclusive mediante a consideração dos continuadores husserlianos. Esta aceitação entende-se nos marcos de seu próprio conteúdo, *mundo e vida*, pois denota o cerne do saber geográfico, o próprio objeto de estudo da Geografia, o espaço humano produzido materialmente e constituído simbolicamente pela humanidade.

Neste sentido, a compreensão de mundos formais em mundo objetivo, mundo social/ intersubjetivo e o mundo subjetivo, revelam a integração destas três dimensões constituídas do espaço e, por conseguinte, para a explicação do espaço como mundo da vida.

Paralelamente, em conformidade com estes mundos, a classificação e a diferenciação das estruturas componentes do mundo da vida em tradições culturais, relações interpessoais legitimamente reguladas e as vivências subjetivas situam a necessidade da consideração conjunta das dimensões espaciais do saber válido socialmente, da normatividade e da expressividade que estruturam o mundo da vida.

Logo, diante da perspectiva ainda aberta no Brasil, como se defendeu anteriormente, e até negligenciada, uma abordagem geográfica pela teoria do agir comunicativo do filósofo e sociólogo Jurgen Habermas pode possibilitar uma visão ampliada do nosso objeto de estudo e ao mesmo tempo integradora e promotora de uma compreensão não fragmentada do saber geográfico. Em outras palavras, o fortalecimento da perspectiva da totalidade espacial, incluída o objetivo, o intersubjetivo e o subjetivo.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: Editora da UFPE, 2006.

ARAGÃO, L. Apresentação. In: HABERMAS, J. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de: Floriano de Souza Fernandes. 34 ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

CARLOS, A. F. A.; ALVEZ, G. A.; PÁDUA, R. F. de. (Org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARNEIRO, R. N. **Produção do espaço e circuitos de fluxos da indústria têxtil de São Bento-PB: do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional**. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CARNEIRO, R. N. A produção social pública dos lugares numa perspectiva comunicativa como contraponto à produção social privada. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE AS GEOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DO MEDO: “POR UM ESPAÇO GEOGRÁFICO SEM CÁRCERES PÚBLICOS OU PRIVADOS”, 1., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE. 2007. 1 CD-ROM.

CARNEIRO, R. N. A natureza do espaço numa perspectiva comunicativa ou pública. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4959>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CARNEIRO, R. N. O papel das políticas públicas e o desenvolvimento regional no Brasil: do paradigma mentalista ao linguístico. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 113-123, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v30i2.13801>. Acesso em: 31 nov.2020.

CARNEIRO, R. N. O espaço como um sistema de objetos e um sistema de ações orientadas para fins e para o entendimento. **Geografia (UFPI)**, v. 9, p. 1-20, 2011a.

CARNEIRO, R. N. **As semelhanças, diferenças e interações dos circuitos de fluxos sócioespaciais de redes de dormir do Nordeste brasileiro**. 2011. 100 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011b.

CARNEIRO, R. N. (Org.). **Circuitos inferior e fluxos sócioespaciais: a feira livre de Pau dos Ferros, RN**. Mossoró: Edições UERN, 2014.

CARNEIRO, R. N. **Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos hoje**. Mossoró: Edições UERN, 2015.

BUTTNER, A. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar. **Geograficidade**, v.5, n.1, p.4-19, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12915/pdf>. Acesso em: 22.02.2018.

CAVALCANTI, A. **Fundamentos históricos da Geografia**. Teresina: EDUFPI, 2010.

CLAVAL, P. **Terra dos homens: a Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011a.

CLAVAL, P. Geografia cultural: um balanço. *Revista Geografia, Londrina*, v. 20, n. 3, p. 05-24, set./dez, 2011b. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160>. Acesso em: 22.02.2018.

CORREIA, R. L. Cultura, política, economia e espaço. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n 35, p. 27-39, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/18903>. Acesso em: 22.02.2018.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DUARTE, M. de B. **Leituras do “lugar-mundo-vivido” e do “lugar-território” a partir da intersubjetividade**. 142 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Minas Gerais, Brasil, 2006.

EAGLETON, T. **A idéia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERREIRA, R. B. Husserl, mundo-da-vida e geografia. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 119-126, dez, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672016000200002. Acesso em 22.02.2018.

GERALDES, E. S. Horizontes do mundo vivido: reflexões sobre a contribuição da hermenêutica para a geografia humanista. **Geograficidade**, UFF, v. 1, n. 1, p. 59-66, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12808>. Acesso em: 02.11.2017.

GUIMARÃES, A. C. O conceito de mundo da vida. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.29-45, abr./set. 2012. Disponível em: https://sfjp.ifcs.ufrj.br/revista/downloads/o_conceito_de_mundo_da_vida.pdf. Acesso em: 22.02.2018.

FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos)**. 2 ed. Organização de Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: brasiliense, 1990.

HABERMAS, J. **Textos e contextos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002a.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002b.

- HABERMAS, J. **Crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002c.
- HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002d.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003a.
- HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista**. 4. ed. Madrid: Taurus, 2003b. v. II.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012a. v. 1.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012b. v. 2.
- HABERMAS, J. Notas sobre o desarrollo de la competencia interactiva. *In: _____*. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madri: Catedra, 2013. p. 161-192.
- HABERMAS, J. **Na esteira da tecnocracia: pequenos escritos políticos XII**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à Filosofia Fenomenológica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- MARINHO, S. C. **Um homem, um lugar: geografia da vida e perspectiva ontológica**. 2010. 335 f. 2010, Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MELLO, J. F. de. Valores em Geografia e o dinamismo do mundo vivido na obra de Anne Buttimer. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n. 19-20, p. 33-40, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3489>. Acesso em: 22.02.2018.
- MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOREIRA, R. **O que é geografia**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ORTEGA Y GASSET, J. **Meditação da técnica: vicissitudes das ciências, cacofonia na física**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano, 1965.
- PEREIRA, L. A. G.; CORREIA, I. S.; OLIVEIRA, A. P. de. **Geografia fenomenológica: espaço e percepção**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 173-178, set. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16271>. Acesso em: 03.01. 2018.
- PIZZI, J. **O mundo da vida: Husserl e Habermas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- RIBEIRO, W. C. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 147-165, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/132424>. Acesso em: 21.02.2018.

ROCHA, L. B; ALMEIDA, M. G. Cultura, mundo-vivido e território. *In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE*, 2005, Londrina. Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, Londrina: UEL, 2005. p. 1-13. Disponível em: <https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/lurdes.pdf>. Acesso em: 21.02.2018.

SANTOS, C. Geografia e Fenomenologia: Algumas aproximações a partir da Geografia Humanista e da Geografia das Representações. **Revista Diálogos**, Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade, Garanhuns-PE, UPE/FACETEG, n. 5, p. 72-83, 2011. Disponível em: http://www.orfeuspam.com.br/Periodicos_JL/Dialogos/Dialogos_5/Clelio_Santos.pdf. Acesso em 15.01.2018.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SARTRE, J-P. **Questão de método**. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

SCHUTZ; A. **Sobre a fenomenologia das relações sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. **Las estructuras del mundo de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

SILVA, V. de P. da; SILVA, R. G. S. A geografia e o estudo da vida cotidiana: um caminho para a compreensão do espaço. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 164-171, jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/24754>. Acesso em: 21.02.2018.

SUESS, R. C. Corpo, experiência, mundo vivido e cotidiano: uma análise para a construção do conceito de lugar. *In: Congrego Brasileiro de Geógrafos*, 7., 2014, Vitória/ES. 7. Anais do VII CBG. Vitória/ES, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404319416_ARQUIVO_trabcgb1.pdf. Acesso em: 21.02.2018.

SUESS, R. C.; LEITE, C. M. C. Geografia e fenomenologia: uma discussão de teoria e método. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.11, n.27, pp.149-171, set./dez, 2017. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/4409>. Acesso em: 22.02.2018.

VESENTINI, J. W. **Geografia, natureza e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

Notas

1. Esta ideia e outras, como a da sua relação com os três mundos, podem ser encontrados em Habermas (2012b, v. 2) no capítulo 1. O conceito de “mundo da vida” e o idealismo da sociologia hermenêutica.
2. Ver Carlos, Alvez e Padua (2017) para a discussão no âmbito da cidade e do urbano. Ver Ribeiro (2017) para uma proposta de “justiça socioambiental”.
3. Nos textos de Habermas aparecem verdade e veracidade. Assim, esclareço que aquele se refere à verdade de fatos, coisas e objetos no mundo e este às expressões subjetivas de uma pessoa como sinceridade.
4. Sobre o conceito de competência comunicativa ver Habermas (1990, 2003a, 2012b, v 2, 2013).
5. Habermas usa comumente em seus textos a expressão Ego e Alter, para designar o Eu e o Outro, o Falante e Ouvinte.